

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 515.873 - PR (2019/0171579-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE** : JEAN RICARDO MIARA  
**AGRAVANTE** : RENATO SIMEAO RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
LUIS GUSTAVO FAGUNDES PURGATO - SP293114  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

## DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por JEAN RICARDO MIARA e RENATO SIMEAO RODRIGUES contra a decisão unipessoal de fls. 86-91, por meio da qual, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não se conheceu do *habeas corpus*.

Em suas razões (e-STJ fls. 96-106), o agravante pleiteia a reforma do julgado com o fundamento de que "os bens subtraídos, como a própria vítima relatou em juízo, não possuem valor significativo. Na ocasião contou que o varal de roupa teria custado por volta de R\$ 80,00 e que as roupas subtraídas eram para descarte, e que os demais bens também não teriam qualquer relevância (2 frascos de cera automotiva; 1 frasco com quantidade remanescente de veneno 'mata-mato'). Os outros bens encontrados em poder dos pacientes não tiveram a vítima identificada e igualmente se mostram irrelevantes para fins de incidência do direito penal" (e-STJ fl. 98).

Argumenta que não desconhece o posicionamento dos Tribunais Superiores sobre a aplicação do princípio da insignificância aos acusados reincidentes ou de habitualidade delitiva comprovada. No entanto, tal matéria está longe de ser pacífica.

Por fim, colaciona julgados em favor da sua tese de que é possível a aplicação do princípio da insignificância, ainda que os pacientes sejam reincidentes específicos.

Requer, ao final, a reconsideração do *decisum* ou a submissão do pleito ao colegiado, dando-se provimento à irresignação, para que seja reconhecida a atipicidade da conduta.

É o relatório.

Ao compulsar os autos, verifico a presença de constrangimento ilegal passível de concessão da ordem de ofício, motivo pelo qual reconsidero a decisão agravada (e-STJ fls. 86-91) e reanaliso o *habeas corpus*.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do

# Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Penal.

Acerca do tema trazido à discussão, o Tribunal estadual se manifestou nos seguintes termos, *in verbis* (e-STJ fl. 31/37):

*"O que ocorre, em verdade, é que o princípio da insignificância tem por finalidade a não intervenção do Estado, no âmbito do Direito Penal, nos casos em que a lesão a um bem jurídico for ínfima.*

*No presente caso, contudo, a periculosidade social da ação e o grau de reprovabilidade do comportamento dos agentes impedem a aplicação da benesse.*

*Isso porque restou demonstrado nos autos (cf. certidões nos movs. 100.1 e 101.1) que ambos os réus são **multirreincidentes e apresentam habitualidade em infrações contra o patrimônio.***

*[...]*

*Ademais, mesmo que os réus não fossem multirreincidentes e habituais na conduta delitiva, vê-se estar diante de delito qualificado, pois cometido mediante concurso de agentes (art. 155, §4º, IV, do Código Penal), incidindo, ainda, aumento de pena pela prática durante o repouso noturno (art. 155, §1º, do Código Penal).*

*Ou seja, o crime foi executado em circunstâncias que evidenciam a maior reprovabilidade da conduta, e também afastam, dessa maneira, a aplicação do princípio da insignificância".*

Na hipótese, verifica-se que os pacientes são multireincidentes específicos – o réu JEAN possui 7 (sete) condenações por furto e 1 (uma) por receptação, todas com trânsito em julgado, e o réu RENATO possui 2 (duas) condenações com trânsito em julgado por roubo majorado (e-STJ fls. 31-32) –, o que evidencia a acentuada reprovabilidade do seus comportamentos, incompatível com a adoção do pretendido postulado.

Com efeito, além de a conduta dos agravantes atender tanto à tipicidade formal (subsunção do fato à norma) quanto à subjetiva (posto que evidenciado o dolo de subtrair coisa de outrem), de igual forma se reconhece presente a tipicidade material, consubstanciada na relevância penal da conduta e do resultado.

A remansosa jurisprudência desta Corte superior é no sentido de que a reincidência do agente afasta a aplicação do princípio da insignificância.

Confirmam-se (destaques acrescidos):

*PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE FURTO DE UMA CAIXA DE CHOCOLATES NO VALOR DE R\$54,60. RESTITUIÇÃO DOS BENS À VÍTIMA. RES FURTIVA DE VALOR INFERIOR A 8,84% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA*

**DO FATO. REINCIDÊNCIA X APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NECESSIDADE DE SE VERIFICAR AS CONDIÇÕES PESSOAIS DO AGENTE NO CASO CONCRETO. ANÁLISE FÁTICA E PROBATÓRIA REALIZADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS DESFAVORÁVEL AO RÉU. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS.**

1. De acordo com a orientação traçada pelo Supremo Tribunal Federal, a aplicação do princípio da insignificância demanda a verificação da presença concomitante dos seguintes vetores (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. O princípio da insignificância é verdadeiro benefício na esfera penal, razão pela qual não há como deixar de se analisar o passado criminoso do agente, sob pena de se instigar a multiplicação de pequenos crimes pelo mesmo autor, os quais se tornariam inatingíveis pelo ordenamento penal. Imprescindível, no caso concreto, porquanto, de plano, aquele que é reincidente e possui maus antecedentes não faz jus a benesses jurídicas.

3. Posta novamente em discussão a questão da possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, mesmo diante da reincidência do réu, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 221.999/RS (Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 11/11/2015, DJe 10/12/2015), estabeleceu a tese de que a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável.

4. Situação em que, a despeito de a tentativa de furto ter recaído sobre bem cujo valor correspondia a 8,84% (oito vírgula oitenta e quatro por cento) do valor do salário mínimo à época do fato, tanto o primeiro quanto o segundo grau de jurisdição refutaram a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, diante da reincidência e do fato de que o delito não fora praticado em estado de necessidade, representando a conduta do réu "verdadeira alternativa de sobrevivência, (...) inadmissível, ainda mais para um cidadão de 40 anos de idade, saudável, residente em local onde há sobra de oferta de trabalho lícito, bem como onde também há assistência social capaz de suprir as necessidades básicas do cidadão - alimentação, local para dormir e banhar-se".

5. Apenas as instâncias ordinárias, que se encontram mais próximas da situação que concretamente se apresenta ao Judiciário, têm condições de realizar o exame do caso concreto, por meio da valoração fática e probatória a qual, na maioria das vezes, possui cunho subjetivo, impregnada pelo livre convencimento motivado. Dessa forma, não tendo as instâncias

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ordinárias apresentado nenhum elemento concreto que autorizasse a aplicação excepcional do princípio da bagatela, entendendo que deve prevalecer o óbice apresentado nos presentes autos.*

*6. Embargos de divergência do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul a que se dá provimento, para reformar o acórdão embargado e dar provimento ao agravo regimental do Parquet estadual. De consequência, reconhecida a inviabilidade de aplicação do princípio da insignificância em face da reincidência do réu, deverá ser negado provimento ao recurso especial do réu, mantendo-se a sentença que o condenara por tentativa de furto.*

*(EREsp 1531049/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/05/2016, DJe 01/06/2016).*

**PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO. AGENTE REINCIDENTE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES. REGIME PRISIONAL MAIS RIGOROSO. REINCIDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. A jurisprudência de ambas as turmas criminais deste Superior Tribunal de Justiça reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas, situação que não se apresenta na hipótese.*

*2. Quando explicitada no acórdão impugnado a reincidência específica do agente, o regime semiaberto (mais rigoroso) é o cabível para o início do cumprimento da pena corporal, ainda que o quantum de reprimenda definitiva tenha sido fixada abaixo de 4 anos de reclusão, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, "b", do Código Penal.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1735257/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018)*

**PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. UMA BATERIA AUTOMOTIVA. APROXIMADAMENTE 13,81% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PACIENTE REINCIDENTE. AUSÊNCIA DE LESIVIDADE MÍNIMA. MANDAMUS DENEGADO.**

*1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores, a saber: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do*

# Superior Tribunal de Justiça

comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. A reiteração delitiva tem sido compreendida como obstáculo inicial à tese da insignificância, ressalvada excepcional peculiaridade do caso penal.

3. A conduta consistente em furto de uma bateria automotiva avaliada em R\$ 100,00, que representa 13,81 % do salário mínimo vigente à época dos fatos (R\$ 724,00), praticado por agente contumaz na prática delitiva, sendo, inclusive, reconhecida nas instâncias ordinárias a reincidência, não permite a incidência do princípio da insignificância para exclusão da tipicidade penal.

4. Habeas corpus denegado.

(HC 434.086/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 23/05/2018)

Dessarte, como asseverado no *decisum* impugnado (e-STJ, fls. 86-91), o Tribunal de origem, ao decidir ser inaplicável o princípio da insignificância na hipótese dos autos, visto serem os réus reincidentes, alinhou-se à jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

Entretanto, ainda que não requerido pela defesa, verifica-se a ausência de fundamentação a amparar a condenação dos réus, uma vez que o Tribunal de origem, após afastar o princípio da insignificância, limitou-se a consignar que "*comprovada a materialidade e autoria do delito (cf depoimento do mov. 97, que corroboram os elementos informativos do Inquérito Policial nos mov. 1 e 2)*" – e-STJ fl. 40 –, razão pela qual os autos devem retornar ao Tribunal a quo para que se manifeste acerca das provas que embasam a condenação pelo crime imputado aos pacientes.

Ante o exposto, nos termos do art. 258 do RISTJ, **reconsidero** a decisão proferida às e-STJ fls. 334-337, mas, por se afigurar manifestamente incabível, não conheço do *writ*, **concedendo**, contudo, *habeas corpus* de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, para, mantido o afastamento do princípio da insignificância, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que se manifeste acerca das provas que embasam a condenação pelo crime imputado aos pacientes como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator